



ACÓRDÃO Nº 1145/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10977/2017.

Apensos: Processo nº 15121/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Caapiranga.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Silas Pereira Ruis (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM nº 5851

7- Unidade Técnica: DICOP e DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2301/2018-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Caapiranga. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Silas Pereira Ruis**, gestor e ordenador de despesas da Câmara Municipal de Caapiranga, no curso do exercício 2016, nos termos do art. 22, II da Lei Estadual n.º 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa em razão das irregularidades descritas na fundamentação da proposta de voto e não sanadas após apresentação de defesa e com fundamento no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Silas Pereira Ruis** no valor de R\$ 4.000,00, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



ACÓRDÃO Nº 1145/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva ao **Sr. Silas Pereira Ruis**, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.4. Recomendar ao Município de Caapiranga, o qual, à época, tinha como gestor o senhor **Silas Pereira Ruis**:

10.4.1. Que observe com rigor a Resolução n.º 13/2015-TCE/AM;

10.4.2. Que mantenha a prestação de Contas disponível à sociedade, conforme disposto no art. 49 da LRF;

10.4.3. Que mantenha disponibilizado à sociedade, via internet, em tempo real, as informações da Câmara Municipal de Caapiranga, como determina o art. 48, inciso II e 48ª da Lei Complementar n.º 101/2000;

10.5. Dar ciência do desfecho atribuído a estes autos ao patrono do **Sr. Silas Pereira Ruis, Dr. Juarez Frazão Rodrigues Junior**, inscrito na OAB/AM sob o n.º 5.851.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Novembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Julio Cabral (art. 65 do Regimento Interno).

13.2. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral